

# Policidadania: formação mistagógica do docente

Elcio Alberton\*

## Resumo

O texto a seguir tem por objetivo apresentar uma proposta de política pública para a formação de docentes que considere muito mais do que os aspectos intelectuais e cognitivos na formação de docentes. As expressões policidadania e mistagogia empregadas ao longo das reflexões têm o intuito de ajudar a perceber que a proposta em questão adquire uma impostação particular e bastante nova no mundo da educação. Os dois vocábulos são conceituados e descritos como uma nova feição em relação à formação e às políticas públicas para as quais todos são chamados a se voltar quando se trata de estabelecer um processo formativo e de gestão na educação. No conjunto do texto, é possível perceber que uma coerente política de formação de professores exige superar a mera transmissão de conhecimentos e tende necessariamente a se abrir para uma nova forma de ver o sistema educativo como instrumento formador de cidadãos integrados e integradores. No decorrer do processo formativo e ao longo do exercício profissional, mais do que receptáculos de conteúdo, os educadores merecem ser reconhecidos e tratados como pessoas antes que vistos na condição de profissionais. O eixo integrador da proposta está fundamentado no ensino social da Igreja Católica e sua participação no campo da educação e formação do cidadão em sua função de educador e formador.

Palavras-chave: Policidadania. Mistagogia. Solidariedade. Itinerário pedagógico.

---

\* Especialista em Teologia Pastoral e Gestão Educacional; Licenciado em Filosofia; funcionário da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná; professor formador no Programa Proinfantil; Rua Constantino José de Almeida, 329, Bairro Xaxim, 81830-080, Curitiba, PR; professor.elcio@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A riqueza do vocabulário brasileiro merece ser decantada pela exuberância de significados e inúmeras possibilidades de interpretação. Por outro lado, presta-se também para reducionismos que dificultam a real compreensão de alguns termos. Entre os vocábulos que sofreram, ao longo da história, reducionismos e que se prestam a mal-entendidos está a palavra Democracia.

Ao longo deste texto falar-se-á sobre democracia no contexto mais amplo do termo. Procurar-se-á compreender o termo desde as *nuances* que nos encaminham para a compreensão dele no contexto da satisfação de outras necessidades básicas dos cidadãos entre elas das políticas públicas no que concerne ao mundo da educação.

É restritivo demais fazer referência à democracia segundo a cidadania que o vocábulo parece ter adquirido na atualidade; entretanto, o escopo deste trabalho não quer ir às origens do termo, tampouco percorrer toda a história da sua compreensão na política e na filosofia. Todavia, é importante recordar a expressão de alguns filósofos ao longo dos tempos.

Nesse sentido, cabe lembrar que o termo parece ter sido cunhado por Aristóteles na Grécia Antiga, ocasião em que se compreendia o exercício da democracia como o governo do povo em vista dele mesmo com todas as preocupações decorrentes do modelo político grego. Já Confúcio entendia a capacidade de governar um povo como extensão da retidão da própria vida. Por sua vez, o inglês Winston Churchill afirmava que a “Democracia é a pior forma de governo excetuando-se todas as outras formas experimentadas ao longo dos tempos.”

Parece necessário focar como objetivo deste texto a compreensão da democracia sob a ótica da participação, conceito que faz refletir sobre as diversas formas de relacionamentos adventícios da cultura pós-moderna. Com toda clareza, pode-se dizer que o conceito de participação, na atualidade, tem sua compreensão obscurecida pelo individualismo eletrônico, posto que na sociedade moderna os adolescentes e jovens experimentam um diálogo mudo com os aparelhos em lugar das pessoas.

A experiência participativa, sob esse ângulo, parece se aproximar da imagem usada por Kierkegaard quando afirma que o ser humano da modernidade é com-

parado ao ouriço: “sozinho morre de frio e aproximando-se se espetam.” As experiências, ditas cidadãs, praticadas nas sociedades modernas e particularmente brasileiras, facilmente exerceram um terrível processo de darwinismo social nas quais os mais fracos e ineficazes sucumbem diante das pressões por resultados sempre mais expressivos cuja consequência foi o aumento dos excluídos, sobretudo entre os pobres. O protótipo dessa forma de compreender a sociedade aparece com mais clareza no “sonho da megassena” a qual oferece tanto mais quanto menos dela se beneficiarem. Todas as idades e classes sociais da atual conjuntura social convivem com a parca democracia e o exacerbado individualismo, já mencionado, no prazer de dialogar com as máquinas. Basta ver o fascínio dos jogos eletrônicos que sepultaram de vez o espírito de equipe, o coleguismo e a participação.

A democracia como elemento de participação e resposta para o mundo aqui descrito precisa encontrar sua teia de sustentação na escola e em todo o processo de educação, a começar pela família. Nas palavras de Roberto Shinyashiki, a família é um porta-aviões de onde se parte para voos mais ousados. O desenvolvimento dessa compreensão levou a denominar esse processo de “Mística da participação” ou “Mística da democracia”. Os bispos da América Latina na Quinta Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Aparecida, afirmaram também que uma verdadeira democracia implica também o processo de “globalizar a solidariedade”.

A mística democrática a que se propõe este estudo sinaliza que o nome de Deus representa o êxodo do próprio individualismo em virtude de uma abertura para o outro, para o diferente. Essa conceituação consiste em compreender, entender, aproximar, acolher o outro como sacramento do outro. Isso naturalmente conduz a um processo de reconstrução da verdadeira compreensão da democracia a qual constitui superar o medo do novo e deixar-se conduzir pelo fascínio do diferente.

A democracia mística gera alegria profunda, paz e consolo que apenas o Senhor propicia. Ela desafia os educadores a criar desde cedo nos educandos a responsabilidade pela participação, que deve antes ter-se apossado do próprio educador. Fará compreender o que já foi dito por Plutarco: “Podereis encontrar uma cidade sem muralhas, sem edifícios, sem ginásios, sem leis, sem uso de moedas como dinheiro, sem cultura das letras. Mas um povo sem Deus, sem oração, sem juramentos, sem ritos religiosos, sem sacrifícios, tal nunca se viu.”

Feitas essas considerações, é possível conceber o termo mistagogia como o processo pelo qual o educador experimenta motivações interiores muito além daquelas que a sociedade parece cultuar. Será tanto mais mistagogo quanto maior for sua capacidade de indignação diante de tudo aquilo que denigre e diminui a qualidade da vida e das relações entre os seres humanos.

Entenda-se o conceito em questão como a capacidade de abertura para novos horizontes que vai muito além de saberes científicos e que seja capaz de falar muito mais pelo exemplo, pelo Ser do professor, por sua pessoa inteira, muito mais que pela razão. Nesse sentido, fica cada vez mais claro que a educação é um processo por meio do qual o ser humano entra em jogo com todo seu dinamismo.

## 2 O PAPEL DA ESCOLA

Acatando esses conceitos, a escola depara-se com um decisivo papel que exige ser trabalhado pela instituição e pelos educadores. A mistagogia e a policidadania no contexto da sociedade democrática precisam experimentar o exercício da participação. Em virtude dessa exigência, é possível constatar que a aprendizagem será muito melhor sucedida da mesma forma que os conteúdos ensinados consoante a realidade vivida pelos educandos. A escola deixará de ser apenas transmissora de conteúdos para gerenciar conhecimentos que provoquem mudanças comportamentais. Os conteúdos trabalhados em sala de aula se completam com a vida em um processo de socialização, que faz do ser humano muito mais do que um indivíduo biológico, um ser social. É isso que chamamos de policidadania, aproximando a arte de aprender da compreensão platônica: “propiciar a saída da obscuridade para romper a luz, romper cadeias da ignorância e das paixões que escravizam e impedem de viver a vida com lucidez e liberdade.”

Uma coerente política pública de formação de educadores desenhará muito mais do que transmissão de conhecimentos intelectuais e preparação para o trabalho, mas despertará no educando/educador a solidariedade, a fraternidade e o senso de justiça. Isso é possível com educadores que alimentem sonhos e partilhem esperanças. Nas palavras de Chalita (2006, p. 11), o educando

[...] precisa de alma, de alguém capaz de auxiliá-lo na arte de gerenciar sonhos ou ainda o mundo precisa de educadores por meio dos quais as crianças possam desenvolver e compartilhar o afeto e a esperança pela vida e pelo ser humano com criatividade, com pensamento crítico. Com uma cultura de saberes que se relacionam e são necessários.

Segundo Buitrago (2008, p. 9):

O primeiro problema e a primeira solução da educação são os professores. Problema, porque a educação foi subtraída aos agentes pessoais e às instituições educativas, para ficar nas mãos de poderes anônimos, de uma sociedade na qual a economia e a política regem como fatores soberanos diante daquelas outras ordens, que são igualmente essenciais para orientar e conformar a vida humana: a cultura, a ética, a religião. Mas os professores são também a primeira solução: a lucidez intelectual e a coragem moral, a razão teórica e o empenho profissional, o exercício crítico e a proposta cultural de cada um em seu posto de trabalho diário e de todos como consciência social e moral são a condição necessária para superar uma invasão ideológica e subtrair-nos a uma decadência do pessoal que está ameaçando a vida humana.

A mistagogia policidadã não poderá ignorar a contribuição que as ciências da religião oferecem ao processo de formação, posto que:

[...] o valor da religião está apoiado em dois pilares: o primeiro é da questão da discussão filosófica que levanta e que deve nortear o desenvolvimento evolutivo do nosso pensamento. O segundo é a beleza dos exemplos que oferece. Todas as coisas boas da vida, em geral, nascem do bom exemplo. As religiões cumprem o papel de preservar, pela tradição oral ou mesmo pelos documentos que divulga histórias de pessoas e de personagens que seguiram preceitos éticos e valores que contribuem para estimular o respeito de uma pessoa para com a outra. (CHALITA, 2006, p. 11).

Quanto maior a compreensão da educação como modificadora de atitudes e condutas e, portanto, que diz respeito ao coração, maior será a convicção dos educadores de que seu papel vai muito além do que ensinar verdades, está em vi-

ver de acordo com os valores que ensinam, isto é, ele será um mistagogo do saber. Os conhecimentos serão muito melhores assimilados e aceitos à medida que a fonte de onde emanam seja confirmada com a credibilidade de uma postura ética. A policidadania mistagógica implica antes de transmitir o que se sabe educar aquilo que se é. O educador mistagogo se reconhece como um indivíduo em contínuo processo de formação e crescimento a quem se pode aplicar a sentença de Sêneca: “Penso que muitos poderiam ter chegado à sabedoria, se não estivessem convencidos de já haver chegado” e que de algum modo foi readequada e proferida pelo professor Oriol Amat: “Os homens inteligentes passam a vida aprendendo. Os outros não param de ensinar.”

Naturalmente, esse modelo de educador estará muito mais próximo do sonhador Paulo Freire, o qual via a educação como prática da liberdade e da cidadania. A prática de grandes mestres, entre eles é imperativo recordar Jesus de Nazaré, serve de inspiração para todos quando sonham com a educação construtora de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. Um processo de formação de educadores policidadãos e mistagogos considerará que a educação é viga mestra do aperfeiçoamento da sociedade.

A escola sonhada foi descrita por Cristóvão Buarque, e dependerá de investimentos na cabeça, no coração e no bolso do professor. A valorização deste tripé colocará os professores em condição de fazer valer o seu ser e o seu fazer como construtores de um mundo novo, no qual a dignidade da vida seja respeitada e promovida. Sem ser ufanista, é preciso estar consciente que esse modelo de formação não traz em seu bojo a “bola de cristal” para todos os problemas da educação, mas ajudará a compreender a estrutura em que o sistema educacional está inserido. Tal realidade pode ser descrita com duas sentenças “Se nós não temos assegurado no Brasil as condições essenciais de vida à maioria da população, o regime democrático também é inexistente” e, ainda, “Mais miserável que a miserabilidade é a sociedade que não consegue acabar com a miséria.”

Urge compreender a formação de educadores para uma sociedade em constante mudança e renovação. Não é mais possível cultivar educadores que não se desvencilhem das amarras do pensar em si e se lancem prospectivamente para a colaboração e o relacionamento com toda a sociedade organizada e as instituições prestadoras de serviços. A policidadania mistagógica é um elemento formador de pessoas apaixonadas por um novo caminho no qual os compartimentos fechados

e fragmentados convertam-se em uma teia de aprendizados, onde a paixão pelo conhecimento inclua as grandes qualidades do ser humano como indivíduo aberto e relacional. É preciso que o processo educativo ultrapasse as barreiras da escola sob pena de permanecermos com respostas do século XVII sendo aplicadas no terceiro milênio. A essa realidade se aplica a

[...] história clássica do ser humano que abandonou a terra e viajou, durante algum tempo, à velocidade da luz. Em seu regresso ao mundo, para ele haviam passado apenas alguns anos, mas para o resto, havia passado muito tempo. Nada menos que vários séculos. Em seu desconcerto – não reconhecia em nada algo conhecido, somente o consolou o único lugar que continuava o mesmo de sempre: a escola. (Texto de autor desconhecido).

### 3 AS ATRIBUIÇÕES DO ESTADO

O estado brasileiro pode ser denominado como um adolescente em processo de despertar da sua consciência democrática, posto que pela primeira vez na história vive uma experiência democrática com duração superior a 25 anos.

Não é necessário fazer grandes preleções sobre o papel e a compreensão de educação, educador e escola ao longo da história do Brasil. Com todo o respeito e admiração pelo trabalho dos padres Jesuítas no Império, há de se convir que sua função no campo da educação não foi muito além de conformar índios e negros para se submeterem ao poder do colonizador, salvo honrosas exceções cujos nomes estão fora do interesse deste estudo.

Não poderia haver melhor desfecho para a mais longa ditadura da história brasileira do que devolver o sonho de uma sociedade redemocratizada. O movimento das Diretas já ganhou as ruas e culminou com a eleição de Tancredo Neves, ainda pelo Colégio Eleitoral, abrindo um período de transição encaminhando à Assembleia Nacional Constituinte e à Constituição de 1988. Nesta Carta Magna o direito à educação, tratado no artigo 6º, pode ser claramente compreendido como parte indispensável para a dignidade do ser humano. A eufórica redemocratização levou a sociedade brasileira a ser tomada de sobressalto com o governo populista de Fernando Collor de Mello, o qual desmontou muitas das iniciativas populares e

de participação social. No primeiro mandato do governo Fernando Henrique foi gestada a LDB, que passou a vigorar a partir de 1996. Depois disso, o Fundef, que mais tarde deu lugar ao Fundeb, o Prouni, o Sistema Nacional de Formação continuada de certificação de professores, a ampliação do quadro docente e de vagas nos sistemas educacionais foram se configurando como elementos democráticos de valorização do cidadão, os quais são chamados, neste texto, de experiências policidadãs.

É nesta fundamentação que se apresenta a proposta para a formação de docentes/educadores à luz de princípios éticos e mistagógicos. Para essa finalidade, um elemento indispensável é a participação, a qual é mais bem compreendida com a palavra dos bispos católicos brasileiros e latino-americanos.

#### **4 O PAPEL DA SOCIEDADE E DAS INSTITUIÇÕES**

Como não se poderia esperar outra postura, o Episcopado Latino Americano apresenta como modelo de Educador a Pessoa de Jesus de Nazaré. N'Ele e a Ele é atribuída a qualidade fundamental para toda educação: garantia de liberdade, que começa pelo exercício da escolha que os pais fazem de um modelo de educação para os seus filhos. Aos pais é atribuída, em relação à educação, a mesma responsabilidade que lhes cabe pelo fato de serem os genitores e aqueles a quem compete a principal missão como educadores.

Como resposta ao termo “revanche de Deus”, abundantemente usada pela mídia em referência ao universo de manifestações religiosas vistas nos últimos tempos, os bispos latino-americanos usam outras expressões. As afirmações do episcopado dizem que as grandes mudanças que afetam profundamente a vida dos povos exigem uma clara percepção do mistério de Deus que muitas vezes parece se tornar opaco e não transparecer o desígnio paternal de uma vida digna. Mais do que em outros tempos, os pais sentem-se incapazes de transmitir valores que lhes parecem necessários ao bem viver da sua prole, o que, naturalmente, dificulta o papel da educação e do educador. Essa é mais uma razão evidente para que os educadores sejam também chamados a se tornarem discípulos de Jesus e, nessa condição, viver e transmitir pelo seu testemunho a plena dignidade do ser humano. Dizem os bispos que todo aquele que se propõe a responder adequadamente



às angústias humanas precisa antes de tudo conhecer Deus, que é a Resposta para toda preocupação humana.

Na descrição dos rostos sofridos da América Latina, o episcopado nomeia os jovens que recebem educação de baixa qualidade, situação que os desqualifica no competitivo mundo do trabalho e na constituição familiar. O mesmo documento admite e também valoriza os investimentos e as políticas públicas desenvolvidas nos últimos tempos, afirmando que essas medidas são sinais de uma democracia com justiça social.

Entre as formas de promover a dignidade humana e uma coerente educação à liberdade, como preconizado por Jesus Cristo, a Igreja se apresenta sendo uma instância crível. Apesar de suas ambiguidades, é colaboradora e testemunha da promoção humana no campo da educação e outras formas de valorização do ser humano. Defendendo a família e o empenho dessa em continuar sendo insubstituível para a serenidade pessoal aponta os valores vividos nessa instância como necessários à escola e ao educador. A mistagogia policidadã não é mero discurso sociológico, decorre da coerente compreensão e interpretação da atividade evangelizadora e do próprio evangelho. O conceito de Igreja usado pelos bispos no documento de Aparecida é o mesmo concebido pelo Vaticano II, isto é, a Igreja é o povo de Deus no conjunto de todos os seus membros e, por isso mesmo, a questão a que se refere este texto não poderia ser olvidada por todos aqueles que fazem parte da Igreja por força da aceitação do dom do Batismo que os fez, no mundo, discípulos e missionários.

Os 19 parágrafos do documento de Aparecida que se referem à educação e à certificação é um extraordinário itinerário pedagógico para a formação de educadores que considera a particularidade em que vivem os seus educandos. Entre as condutas sugeridas pelos bispos constam alguns tópicos que merecem ser relacionados de modo mais didaticamente. O documento de Aparecida apresenta as seguintes indicações para uma educação policidadã:

1 Contata-se no processo de educação no Brasil e na América Latina que tem se valorizado demasiadamente as exigências da globalização. Esta face do processo formador priorizou um modo de conhecer que supervaloriza a aquisição de conhecimentos e habilidades deixando de lado elementos importantes do SER do educando. A educação vem sendo tratada como

um elemento a mais na disputa pelo mercado. Por mais que a sociedade manifeste formas de apreço pela família a escola tem se tornado, muitas vezes, portadora de fatores contrários à família e a uma sã sexualidade. Assiste-se de modo exacerbado o aumento da violência na escola que em muito é consequência da não transmissão de valores religiosos e de uma espiritualidade que encaminhe para a sobriedade e para relações fraternas e respeitadas. É necessário formar professores em vista de uma educação que não tenha como objetivo preponderante a produção, a competitividade e o mercado, mas que pelo contrário fomente virtudes que despertem em nossos jovens o conceito e a responsabilidade de construtores solidários da paz e da justiça social.

2 Uma eficiente rede de cooperação com os pais poderá ser um caminho capaz de vislumbrar uma educação de qualidade. Nossos jovens merecem uma educação que os insira na problemática do mundo atual e consequentemente na realidade por eles vivida. As disciplinas precisam ir muito além do que apresentar um saber a ser adquirido, mas valores para serem assimilados e verdades para serem descobertas. Para que esta realidade seja mais facilmente alcançada urge capacitar educadores para transformar a escola em lugar de formação integral com visão crítica da realidade confrontando e inserindo valores perenes e verdades não acabadas.

3 Mais do que em outros tempos a escola precisa ser um espaço no qual ética, religião e cultura sejam intercambiadas em vista do aperfeiçoamento das liberdades. Parece que o conceito de liberdade precisa ser recuperado no sentido de sua aproximação e confrontação com valores absolutos para os quais tende a vida e toda a existência do ser humano. Uma educação humanizante será tanto mais promotora da liberdade quanto mais fizer frutificar hábitos de compreensão e iniciativas de comunhão. Humanizar o mundo dos homens parece ser o caminho para a produção de uma cultura de paz que transforma e constrói uma nova história. Daí a importância de incluir no processo de formação a dimensão ética e religiosa da cultura com o objetivo de alcançar a liberdade que frutifique em hábitos e iniciativas de comunhão capaz de humanizar o mundo e as relações.

4 O Evangelho de Jesus Cristo será tanto maior boa notícia quanto mais os responsáveis por sua divulgação puderem garantir sua relação entre fé e

vida tanto sob o ponto de vista da individualidade quanto das pessoas no seu processo de crescimento e de relações mútuas. Assim parece oportuno levar os educadores a confrontar os valores humanos com a Palavra de Deus conforme foi anunciada por Jesus Cristo.

5 O educador, por sua palavra e testemunho, tem a autoridade moral de apresentar outros modelos a serem imitados. Entre os modelos certamente deverá estar a pessoa e a mensagem de Jesus Cristo com seu poder transformador. Sem reduzir a educação a um projeto confessional é necessário apresentar aos educandos um projeto educativo que contemple o conjunto de valores trazido pela pessoa de Jesus Cristo enquanto marco divisor do tempo e dos costumes para o mundo ocidental. Daí que proporcionar uma preparação que compreenda a dimensão mística como instrumento que infunde, alimenta, e inspire soluções adequadas aos problemas da existência e convivência humana é um caminho para a educação dos nossos dias.

6 Certamente não será completo um modelo de educação que não seja iluminado pelo modo cristão de ver e de propor soluções para os problemas da atualidade. Naturalmente esta forma de educar irá também apontar para relações com o transcendente, abrindo a mente e o coração do educando para uma realidade que está além do palpável, do empírico e da sensível e corruptível existência humana. Desta visão, os educadores serão os primeiros a estar imbuídos.

7 Ninguém duvida que a educação tenha no centro de suas preocupações o ser humano. Este é o sujeito principal tanto na condição de destinatário quanto de sujeito que produz e transmite um modelo cultural de se relacionar e de educar. É também claro que a situação socioeconômica marcada pela desigualdade social em que vivemos, de características marcadamente excludente e sectária deixa à margem dos processos de educação e acesso à instrução uma massa sobrando que pode ser qualificada de incalculável. Esta realidade está mais do que bem expressa nas discussões e aplicação das políticas de cotas adotadas pelo governo brasileiro. A igreja por meio da sua rede de escolas confessionais tem como tarefa indispensável promover caminhos de inclusão que sejam sempre mais promotores de valores culturais. Simultânea a esta preocupação da Igreja, igualmente o estado não poderá se furtar desta responsabilidade garantindo uma educação de qualidade ao

alcance também dos mais despossuídos e capacitando constantemente seus educadores para lidar com estas diferentes realidades de pessoas colocadas sob a tutela e responsabilidade cotidianas.

8 O projeto educativo defendido pela escola católica e referendado pelo acordo Brasil – Santa Sé, prevê a garantia de uma educação que garanta ensino religioso obrigatório para o estado e facultativo para o aluno. Tem em mente fazer reconhecer a pessoa de Jesus Cristo como modelo perfeito e exemplo de vida na luta pela paz, pela justiça, no cultivo da humildade, da misericórdia e dos que se dedicam por novas relações sociais. Tal modelo não poderia ser mais ajustado ao tipo de estado laico previsto na constituição brasileira. Compreender a educação sob este prisma está longe de impor a educação em vista de uma religião mas apresenta o princípio da religiosidade que não é abstrata e indefinida, mas respeitando as múltiplas escolhas religiosas, apresenta uma linha de conduta que enobrece a pessoa humana e lhe apresenta um sujeito concreto, no caso Jesus Cristo, como perfeito exemplo de vida.

9 Apresentar aos educadores e educandos a pessoa de Jesus Cristo, como irmão e amigo, mestre e pastor misericordioso, a escola o faz com a absoluta convicção que está colaborando na construção da personalidade de toda a comunidade escolar. A fecundidade desta referência facilitará ao educador e seus discípulos assumirem com maior convicção suas responsabilidades na busca de um sentido último para sua vida. A conseqüência da adoção destes princípios levará ao amadurecimento e abertura sincera para a verdade, para o respeito e o amor às outras pessoas, a expressão da própria liberdade e a doação de si no serviço aos demais, sempre mirando a transformação da sociedade. Este processo de formação leva em consideração os valores como uma constelação ordenada segundo os princípios de promoção do ser humano.

10 Tais projetos de formação integral da pessoa baseados no modelo de ser de Jesus Cristo além de gerar solidariedade e caridade para com os mais pobres despertará um desejo de aproximação dos pais ao corpo docente permitindo de modo prioritário a edificação de uma comunidade escolar com características de comunidade seguidora dos passos do Bom Pastor e, portanto, acolhedora e misericordiosa.

11 Educar e preparar educadores que valorizem a dimensão da fé e que esta realidade integre de modo transversal todo o currículo proporcionará às instituições de educação ser vistas como referência missionária. A expressão missionária está longe de ser compreendida como sinônimo de proselitismo que visa angariar mais adeptos, mas com o seu sentido autêntico de instituição que promove e dignifica as relações e as pessoas nela inseridas.

12 Um valor do qual não se pode abrir mão é a responsabilidade dos pais no processo de educação e igualmente de escolha do modelo de formação ao qual querem confiar a preparação da sua prole. Simultânea à obrigatoriedade de enviar seus filhos para a escola deve estar a liberdade de escolher qual instituição lhes parece mais adequada para dar prosseguimento à indispensável tarefa que se segue em imediata responsabilidade qual foi gerar e dar à luz o filho. Facilitar a todos de todas as classes a possibilidade de escolher escolas públicas ou particulares que desenvolvam uma filosofia da educação de acordo com os princípios da sua consciência ética e religiosa o que implica em que todas as escolas sejam atendidas com equidade no que se refere às verbas destinadas para a educação. Esta liberdade implica também em fazer valer o direito constitucional previsto em nossa carta magna que garante o respeito à liberdade religiosa e de consciência. Esta é a mais autêntica laicidade de um estado laico. Também sob este ponto de vista esta forma de compreender a educação precisa fazer parte antes do processo formativo dos educadores.

13 É natural e de fácil compreensão o papel das Universidades Católicas enquanto precioso instrumento de ajuda à Igreja em sua missão evangelizadora. Simultâneo a isto as linhas de pesquisa a que se dedicam os cursos superiores destas instituições merecem particular atenção no sentido de ter em conta que estas são desenvolvidas à luz da mensagem cristã. Daí que será sempre mais necessário desenvolver nos processos de pesquisa e formação universitária uma clara convicção que os descobrimentos e novos avanços da ciência estejam a serviço do ser humano enquanto criatura em busca do transcendente.

14 Preparar os educadores e toda a comunidade-escola capacitando-os a cultivar um sadio diálogo entre fé e razão que leve também em conta a doutrina social e moral explicitada nos ensinamentos cristãos, sempre compro-

metidos com a solidariedade e a profética novidade que se coloca ao alcance das sociedades em desenvolvimento. Esta premissa indica um especial e necessário cuidado do perfil acadêmico e cristão dos responsáveis pela pesquisa e docência.

15 Outro elemento importante para a promoção de educação que valorize a globalização da solidariedade será a organização de uma bem estruturada pastoral universitária. Esta partindo das escolas católicas precisa encontrar espaço nos demais ambientes formativos sejam eles universidades, faculdades e instituições que se dedicam à formação de docentes. Esta atividade será promotora de uma educação capaz do diálogo com a diversidade e a diferença.

16 A vasta experiência da Igreja Católica no campo da educação, seja ela histórica ou recriada nos últimos tempos, permite vislumbrar uma gama inumerável de realizações e de líderes a serviço da construção de uma sociedade mais ética e mais coerente. Isto permite sugerir a valorização de uma educação que fomente o estudo e a pesquisa frente aos desafios da nova realidade social e plural, diferenciada e globalizada sem aniquilar a fé e a experiência do seguimento e do discipulado.

Partindo destas indicações mais genéricas, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, consciente da sua responsabilidade prática diante desses indicativos, aponta um plano de ação que parece ser plausível e factível.

1 A formação de educadores precisa levar em conta a estreita sintonia entre família e escola, esta como lugar privilegiado de formação e promoção da dignidade não pode prescindir da colaboração da família indo muito além do que oferecer conteúdos considerar a educação como transmissora de valores. A formação continuada dos professores precisa capacitar os educadores para compreender e envolver as famílias e seja capaz de levar em conta as escolhas, afinidades e interesses pessoais do educando. Para que isso se concretize será necessário aperfeiçoar e incrementar as políticas públicas relativas à educação e à inclusão nos processos formativos.

2 Considerando o processo de formação como um conjunto que envolve o ser humano na sua totalidade as instituições católicas não precisam levar

em conta esta realidade quando se trata da preparação de educadores. A formação exige comprometimento efetivo e afetivo de todos nos processos de formação de professores ajudando-os a despertar uma mística do discipulado e da alegria. Afinal a educação pode ser considerada um novo areópago do mundo atual.

3 Naturalmente apresentar a pessoa de Jesus Cristo como modelo de educador exigirá ultrapassar uma educação voltada para a produção. É necessário promover e valorizar projetos e processos de educação nas áreas da espiritualidade, da política, e da transformação sem esquecer a afetividade e a sexualidade. Estes elementos considerados indispensáveis para a autêntica felicidade significa dizer que a formação precisa estar centrada na pessoa capacitando-a para viver numa sociedade mais justa, solidária, fraterna e inclusiva.

4 Mais do que as outras instituições as universidades católicas são chamadas a fazer uma revisão da sua identidade. Esta consciência facilitará que seus educandos, uma vez formados, iluminem o mundo profissional com autêntica vivência do Evangelho, sobretudo no campo da bioética e da justiça social, combatendo princípios que alimentem uma sociedade sem Deus.

5 A igreja também reconhece que a responsabilidade pela formação não é uma exclusividade das instituições que se dedicam à educação. Consciente desta verdade a Igreja chama todas as instituições a se empenharem na tarefa formativa que desenvolva reta consciência dos valores morais.

6 Implementar um processo de valorização do ser humano na totalidade da sua condição, superando a mentalidade machista que ignora a igual dignidade dos gêneros.

7 Intensificar os processos de inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais fazendo da escola um lugar de integração entre todos os que a ela se dirigem.

8 Desenvolver um processo que valorize a preservação ambiental e compreenda o desenvolvimento sustentável como elemento indispensável para o crescimento econômico.

9 Diante da crescente valorização dos meios de comunicação social e da variedade de condições e acessibilidade pela grande massa da população de todas as camadas sociais, será importante habilitar os educadores para



uma leitura crítica deles. Os próprios educadores merecem ser capacitados para utilizar estes meios com mais desempenho, competência e profetismo, fazendo deles eficazes instrumentos para o anúncio do Reino de Deus que consiste numa sociedade cujos valores estão fundamentados na promoção da dignidade humana.

## 5 CONCLUSÃO

Esta proposta de formação de educadores pode parecer utópica e ufanista, todavia conduz à compreensão de políticas públicas que contemplem esses valores, fazendo a diferença no que diz respeito à democracia e à cidadania. A formação de educadores poderá ser caracterizada pela paciência e perseverança, pela paixão em estar na vanguarda, por suas qualidades de bons comunicadores e educadores, por sua capacidade de escolhas, por estarem preparados para ensinar com a vida e sobre a vida. A preparação de um novo modo de convivência no ambiente escolar e na sociedade será uma fonte de oxigenação para muitos novos e bons projetos de realização de uma sociedade mais tolerante e com melhor qualidade de vida. Esses conceitos vislumbram a capacidade para aplicar soluções simples a problemas complexos, com propostas criativas que se relacionem ao trabalho, à sala de aula, ao relacionamento familiar e social em uma sociedade cada vez mais fragmentada. É claro que isso pode parecer uma ilusão banhada de utopia, entretanto a expressão de autor desconhecido: “qualquer pessoa pode começar, mas apenas os ousados terminarão” ou como respondeu Buda a quem lhe interrogou como ele fez para andar dois mil quilômetros. Ele respondeu sabiamente que “bastou dar o primeiro passo, os outros vieram a seguir, um após o outro.”

Essa proposta de políticas públicas considera a policidadania mistagógica e tem como foco a ética, a justiça, o direito, a fraternidade, a solidariedade, e a graça. Como na obra de Antoine de Saint-Exupéry, *O Pequeno Príncipe*, ir se tornando cada vez mais responsável por aqueles que ao longo do processo vão sendo cativados por essa nova maneira de focar o mundo, e nele, as pessoas.

A formação de educadores nessa perspectiva visa colaborar com a formação humana e solidária por meio do ensino que contemple teoria e prática, visando à integração das pessoas no universo das relações e da convivência social. Fiel



ao princípio religioso, que norteia essa proposta, é possível vislumbrar a missão nutrindo-se interiormente, investindo na qualidade de vida e aprendendo das crises. O projeto prevê o cultivo do silêncio que viabilize a oração interior e esteja sempre pronto a pedir a sabedoria que partilha o trono daquele que é princípio de todo conhecimento. O projeto desenvolvido tem absoluta consciência de que os planos mais arrojados exigem uma espiritualidade que não permite a inanição interior. Os educadores para o novo milênio serão pessoas sempre abertas para novos horizontes e caminheiros sagazes, prontos para observar todas as coisas e pequenas conquistas de cada dia, sem perder-se no horizonte do ativismo desenfreado. Garantir a valorização dos colaboradores e criar espaço para o cuidado de si mesmo, sem perder o ritmo e as exigências do projeto de ser educadores humanizados e humanizantes. Com grandes sonhos e pé no chão, irão fazendo um caminho vivo e original, seguindo os passos de Jesus.

Conclui-se esta proposta com a afirmação “sonho que se sonha só pode ser pura ilusão, sonho que se sonha junto é sinal de solução” ou em outras palavras um sonho somente pode ser partilhado com eficiência à medida que os envolvidos tenham ambições semelhantes.

### ***Politicized citizenship: mystical leadership training for teaching staff***

#### *Abstract*

*The following text intends to present a public political proposal for the training of the teaching staff, understanding much more than the intellectual and cognitive aspects on training the teaching staff. The expressions: “Politicized Citizenship” and “Mystical Leadership Training” used during the reflections intend to help to realize that the present proposal earns a particular and very new position in the educational environment. Both expressions are conceived and described as a new face in regard to the formation and public policies to which everybody are invited to look at when the intention is to establish a personal formation process and management on education. In the whole text it is possible to realize that a consistent educational policy of the teaching staff demands much more than simple transmission of knowledge and tends necessarily to the opening of a new manner of seeing the educational system as an instrument that forms integra-*

*ted and integrators citizens. During the educational process and professional exercise, more than store house of contents, the educators need to be considered and treated as individuals more than professionals. The integrator core of the proposal is founded on the social teaching of the Catholic Church and its participation in the education and formation of the citizen in his function as trainer and educator.*

*Keywords: Politicized citizenship. Mystical leadership Training. Solidarity. Educational itinerary.*

## REFERÊNCIAS

ANCHIESCHI, Lucrécia; SANTOS, Luciano Pereira dos. **Policidadania**. São Paulo: Paulinas, 2004.

BAZARRA, Lourdes; CASANOVA Olga; UGARTE, Gerônimo Garcia. **Ser professor e Dirigir Professores**. São Paulo: Paulinas, 2008.

BUITRAGO, José Penalva. **O Professor como formador moral**. São Paulo: Paulinas, 2008.

CELAM. **Documento de Aparecida**. Brasília, DF: CNBB, 2007.

CHALITA, Gabriel. Entrevista. **Revista Páginas Abertas**, São Paulo, ano 31, n. 27, p. 11, 2006.

CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2008 – 2010**. São Paulo: Paulinas, 2008.

LIBÂNIO, João Batista; HENGEMÜLE, Edgard. **Mística e Missão do Professor**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MURAD, Afonso. **Gestão e Espiritualidade**. São Paulo: Paulinas, 2007.

Recebido em 26 de agosto de 2009

Aceito em 17 de novembro de 2009

